

# A FORMAÇÃO MORAL, CULTURAL E EDUCACIONAL DAS MULHERES NOS SÉCULOS XIX E SUAS IMPLICAÇÕES NA INVISIBILIDADE DAS COMpositoras DE MANAUS<sup>1</sup>

Klissy Kely Guimarães<sup>2</sup>

## Resumo:

As informações aqui presentes têm por finalidade elucidar questões acerca da formação moral, cultural e educacional das mulheres no contexto da composição musical na cidade de Manaus, nos séculos XIX e XX. Visa à compreensão da dinâmica social atual a partir de fragmentos do passado, sobretudo no que se refere à forte influência do catecismo positivista centrada na figura da mulher e sua compulsória obediência e submissão ao homem como forma de manutenção da ordem na sociedade, surtindo efeitos para além do século XIX com alcance na contemporaneidade e na manifestação artística, em particular da composição. Discorrer-se-á, ainda, a respeito da “invisibilidade” da mulher como compositora, o que obedece a preceitos suscitados por teorias do pensamento predominantes nas diferentes épocas.

**Palavras-chave:** Relações de Poder; Mulheres e Música; Manaus.

## Abstract:

The information presented here is intended to elucidate questions about the moral, cultural and educational formation of women in the context of musical composition in the Manaus city in the nineteenth and twentieth centuries. It aims at understanding the current social dynamics based on fragments of the past, especially with regard to the strong influence of the positivist catechism centered on the figure of women and its compulsory obedience and submission to men as a means of maintaining order in society, beyond the nineteenth century with scope in contemporaneity and artistic manifestation, in particular of composition. It will also be discussed about the “invisibility” of women as composers, which obeys the precepts raised by theories of thought prevalent in different times.

**Keywords:** Relations of Power; Women and Music; Manaus.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado em Comunicação Oral no GT 7 - Gênero, Arte e Mitopoética e publicada nos anais do 6º EMFLOR – Congresso de Gênero e feminismos na Pan-Amazônia em novembro de 2019 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O texto ora apresentado é uma versão corrigida e atualizada a partir de discussões engendradas no evento.

<sup>2</sup> Musicista, compositora e mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH – História, teoria e crítica da cultura) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bolsista CAPES. E-mail: klissykely@gmail.com.

## Introdução

Entender como se dão as relações sociais, afetivas e profissionais nos dias atuais exige esforço e imersão em arcabouço teórico denso, principalmente quando visa à minuciosa investigação que perpassa os campos histórico, filosófico e sociológico. A necessidade de esforço e imersão é ainda maior quando se trata de um país de proporções continentais como o Brasil, cujo desenvolvimento econômico e cultural se deu de maneira desigual e no qual a colonização deixou marcas de dominação racial, social e de gênero até os dias atuais. No caso específico do estado do Amazonas e sua capital Manaus, o desenvolvimento econômico e cultural foi influenciado pelo ciclo de extração da borracha entre os séculos XIX e XX, atraindo para a cidade uma sociedade burguesa de costumes aristocráticos calcados no patriarcado e na religiosidade positivista. Nessa sociedade, o lugar da mulher restringia-se aos afazeres domésticos e à maternidade. Fazer música e trabalhar com música, especialmente compor, era algo que destoava desse modelo.

Este artigo visa a desprender-se de perspectivas dogmáticas que contextualizaram a figura feminina dentro da sociedade manauara, evidenciando a pluralidade de simbolismos imbricados em tais concepções. Propõe buscar entendimento acerca das conjunturas que permeiam as relações circunscritas à cidade e invisibilizaram a mulher como compositora. Tal abordagem implica atenção e olhar aguçados para alguns pontos decisivos de sua história aqui tomada por fragmentos, através dos quais serão tratadas algumas das teorias do pensamento social na educação das mulheres de Manaus. Para tanto, estudos da socióloga Heloisa Lara Campos Costa (2005) serão utilizados, bem como dados coletados pela historiadora Ana Carolina Murgel (2016) sobre as compositoras brasileiras nos séculos XIX e XX e as reflexões sobre a estrutura social hierárquica e infantilização da mulher discutida pela antropóloga Lélia González (2011).

## Fragmentos históricos – Teorias do pensamento social na educação das mulheres em Manaus dos séculos XIX e XX

Para compreendermos as estruturas de poder em referência às mulheres no contexto amazônico, a socióloga Heloisa Lara Campos da Costa (2005), no livro *As mulheres e o poder na Amazônia*, auxilia o pensar a Amazônia e sua história que implica em

buscar referências, analisar a igualdade e a diferença e, sobretudo, buscar o entendimento do processo social e histórico onde se insere. Nem inferno, paraíso, mas tão só uma sociedade que passou por um processo particular de colonização, de enfrentamento da população indígena com os povos conquistadores e depositária de uma cultura distinta à do negro africano (COSTA, 2005, p. 22-23).

Ainda conforme a referida autora, o positivismo e o liberalismo foram algumas dentre as várias correntes de pensamento que trataram da questão feminina no século XIX. Junto ao catolicismo, embora houvesse incoerências entre si, estruturou com certa hegemonia as relações sociais no Brasil com poucas nuances. Tais concepções expressavam o movimento de ideias do mundo europeu, amplamente recepcionadas pelas famílias abastadas num esforço de adaptação à realidade nacional e por assim dizer, à amazônica. Para fins pragmáticos, no presente artigo não serão esmiuçadas tais correntes do pensamento. O

que nos cabe neste estudo é a compreensão básica destas concepções que moldaram as estruturas sociais e deliberaram sobre a sexualidade, a educação das mulheres como um todo.

A referida autora usa o conceito de gênero “*como uma categoria social que confere atributos específicos ao biológico*” (COSTA, 2005, p. 26). Este entendimento difundido pela filósofa Simone de Beauvoir defende que o gênero se dá culturalmente durante os relacionamentos e processos sociais frente às estruturas do poder que determinam a respeito das formas de atuação, interação e expressão entre as pessoas de modo geral, sejam de sexos diferentes, entre os mesmos sexos ou consigo mesmas. É esse pensamento que norteará este artigo.

Costa (2005) alerta para a relevância do modo como a mulher era vista na sociedade e estudos produzidos concernentes às condições de vida delas nos séculos XIX e início do XX. Questão crucial para as ciências sociais, segundo a autora, pois há uma lacuna sobre a temática que norteia e diz respeito à existência delas nesse período na Amazônia. Ocultação que se estende também à América Latina “*quase não aparece no pensamento social, quer como autora, quer como protagonista*” (COSTA, 2005, p. 27). Esta mesma argumentação é feita pela historiadora e musicista Ana Murgel (2016) em seu estudo de pós-doutorado *Cartografias da Canção Feminina: compositoras brasileiras do século XX* e artigo “Mulheres compositoras no Brasil dos séculos XIX e XX”, em relação ao apagamento da produção de textos e obras musicais feitas por mulheres na mesma época no país. Este tema será esmiuçado mais à frente.

Costa (2005) ainda elucida que cabia às mulheres, não o estímulo das suas capacidades mentais, mas a condição de subserviência ao pai, irmão e depois ao marido e filhos. Esta idealização da mulher aparece em muitos livros e textos da época<sup>3</sup>. É como se a mulher tivesse que abdicar de suas potencialidades próprias ou desviá-las para propósitos que atendessem ao que era aceito e normatizado na sociedade patriarcal. Sua qualidade como mulher só poderia ser exaltada a partir de sua incondicional aceitação aos preceitos, sobretudo, positivista e/ou católico que eram ideais nos quais a sociedade no século XIX estava profundamente assentada, especialmente a sociedade manauara.

Os predicados femininos eram: boa mãe, seguindo o exemplo da Virgem Maria; renegar seus desejos e sexualidade quando viúva, pois deveria ser casta e abnegada. Dentre outras imposições que negavam quase que completamente a sua intelectualidade e habilidades, quando fora do âmbito doméstico, como algo a ser desencorajado, principalmente depois de casada. Vale salientar que todos esses preceitos se destinavam às moças ou mulheres “de família”, ou seja, pertencentes às classes dominantes. Contudo, tais costumes e práticas acabavam por serem incorporadas pelas outras esferas sociais, visto que tinham forte conexão com uma moralidade inculcada, que seria o conjunto de regras morais intensificadas pelas instituições de diversas maneiras na mente das pessoas e tomadas como “verdade”.

A educação das mulheres pertencentes às famílias abastadas em Manaus seguia basicamente os mesmos preceitos das famílias denominadas de “tradicionais” de todo o país. Na segunda metade do século XIX, a formação intelectual pública de modo geral, consistia em educação moral baseada nos princípios católicos; os rapazes tinham aulas de “*leitura, caligrafia, doutrina cristã, numeração e principais regras de aritmética, gramática da língua nacional, noções de geometria aplicada às artes, noções de história natural*” dentre outros (COSTA, 2005, p. 247). Mas para as moças, devido à crença da época de inferioridade intelectual em relação à masculina, “*a aritmética deveria ficar somente nas contas de somar e subtrair*”

<sup>3</sup> Vários exemplos podem ser lidos no Capítulo II: Religião, Sexualidade e Amor do Livro de Costa (2005).

(COSTA, 2005, p. 247) evitando-se, dessa forma, operações mais complexas. Além disso, as aulas de ginásticas também não eram permitidas para meninas sob a justificativa de que estas poderiam comprometer sua fertilidade, entre outras crenças (idem). Pseudociências, como a Frenologia,<sup>4</sup> por exemplo, eram de certa forma, abraçadas nesta época e serviam de reforço para preconceitos de todo tipo.

As escolas salesianas exerceram profundo trabalho no Amazonas na transição dos séculos XIX e XX obedecendo às normas da época. Ofereciam “cursos regulares de ensino doméstico e profissional para as meninas como costura, corte, bordado, chapéus e confecções, lavanderia e engomagem e princípios de higiene e enfermagem” (REIS; MATOS; RIBEIRO, 2016, p.33). É importante enfatizar que a educação formal na cidade consistia em enorme privilégio. Por volta dos anos 1865, a Província do Amazonas tinha pouco mais de quarenta mil habitantes, “havia quatrocentos e trinta e cinco alunos masculinos matriculados e só cinquenta femininos, enquanto na única escola particular feminina existente na capital havia somente dezesseis meninas”, segundo Costa (2005, p. 251). Tais questões serviram como reforço para *doxas* machistas ainda tão presentes em escolas e nas instituições acadêmicas em geral.

Para ser interessante para o noivo, a jovem, além de saber executar bem tarefas domésticas, deveria se preparar para ser “boa mãe”, zelosa e amável com o marido, deveria saber tocar piano ou cantar, porém violão era muito mal visto por ser vinculado a instrumento de vadios. Sendo assim, ao recorrer aos poucos registros históricos referentes às mulheres compositoras de Manaus nos séculos passados, deparemos-nos com contradições em meio a informações hegemônicas. As moças pertencentes às famílias com certo poder aquisitivo tinham na música um meio de entretenimento doméstico e prestígio social, quase nunca de profissão, neste último caso há exceções, tais como Ivete Ibiapina, Carlota Ribeiro, Maria Sylvia Jardim e Lindalva Cruz que se dedicaram à música com um pouco mais de liberdade. Assim como a violonista e folclorista Olga Pragner Coelho, nascida em Manaus, mas que se mudou ainda muito jovem para o Rio de Janeiro e, portanto, esteve inserida em outro meio social. Só foi possível saber da existência de parte delas através dos poucos registros jornalísticos relacionados na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

## O positivismo de Comte e sua aplicação no Brasil

Auguste Comte, filósofo e sociólogo francês (1798-1857), ficou conhecido por sua colaboração à criação do chamado catecismo positivista. O positivismo apreendido por Comte residia na força moral denominada também de “religião da humanidade” que direcionava sua atenção ao papel da mulher na sociedade, colocando sobre os ombros dela a missão altruísta da educação e da família que definiriam a relação desigual entre os sexos, tendo forte influência nas estruturas e relações sociais dos séculos seguintes no Brasil. Para Comte (1978) estes papéis sociais eram bem definidos:

O homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social [...] sustentada primeiro pelo seu pai ou pelos seus irmãos, cada mulher é em seguida sustentada pelo seu esposo ou pelos seus filhos [...] na falta destes amparos especiais, a obrigação do sexo ativo (*lê-se homem*) para com o sexo afetivo (*lê-se mulher*) torna-se geral, e o governo deve prover a isso, sob a inspiração do sacerdócio. [...] O duplo ofício fundamental da mulher, como mãe e como esposa, equivale em

---

<sup>4</sup> Teoria criada pelo alemão Franz Joseph Gall por volta de 1800.

relação à família, ao do poder espiritual do Estado. Exige por tanto, a mesma isenção da vida ativa e uma análoga desistência de todo o comando (COMTE, 1978, p. 131, 275, 274).

Concepções como essas têm ação profunda e “engessam” ainda hoje a vida das mulheres nas sociedades que receberam amplamente o positivismo. Estabeleceram funções e restrições perniciosas não só para as mulheres, mas também para muitas famílias, perpetuadas com caráter de tradição como se as relações afetivas não tivessem contradições, conflitos ou tragédias, mas obedecessem a uma ordem metódica. Definindo, contudo, papéis específicos para os indivíduos, independentemente de suas aspirações ou vontades. O que prejudicou a subsistência de milhares de pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, em muitos momentos periclitantes como os de guerra, catástrofes naturais, sem contar a questão do abandono parental por parte da figura paterna, visto que o número de crianças que sequer tinha registros de nascimento, ou quando tinham constava a informação “pai não declarado” era bastante acentuada nas famílias brasileiras. Mas essas questões não eram consideradas convenientes para os interesses hegemônicos da época. No que concerne à legitimação de heranças ou direitos financeiros às mulheres, outra citação de Comte (1978) evidencia:

Para o preenchimento desta condição necessita-se logo outra instituição, à renúncia das mulheres a toda herança. Esta livre deserdação é tão justificada quanto a dos padres já para prevenir uma influência corruptora, a fim de concentrar os capitais humanos nas mãos dos que devem dirigir seu emprego. A riqueza é mesmo mais perigosa para vosso sexo do que para o sacerdócio, porque altera mais a preeminência moral do que a superioridade mental (COMTE, 1978, p. 275).

O Brasil acolheu amplamente os ideais positivistas, observados na bandeira - símbolo nacional - as palavras “ordem e progresso”, remetendo à frase “*O amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim*” (COMTE, 1978, p. 145). Posto isto, de que forma as mulheres brasileiras poderiam exercer alguma autonomia sobre si mesmas na ausência de maridos e filhos, quando sequer tinham conhecimento do suposto papel do Estado – sendo este positivista – de dar-lhes subsídios ou educação formal, principalmente a mulheres que não integravam o pequeno círculo de famílias abastadas no século XIX e XX?

## Reflexos e Desigualdades

A estrutura social hierárquica positivista impunha sobre a sociedade o seu ideário e “valores”, implicando assim na marginalização das pessoas que se negavam a seguir sob sua “égide”. É importante ressaltar o apregoamento desta teoria do pensamento na ênfase da admiração dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, negligenciando e relativizando conflitos suscitados nas diferenças econômicas, sexuais e “raciais” imbricadas na sociedade, o que aprofundou mais seriamente os problemas sociais no país. “*O poder sempre se esforçou para esconder a origem social das desigualdades, como se as disparidades fossem naturais, meritocráticas ou providencialmente fixadas*” (RIBEIRO, 2018, p. 64). Para as mulheres negras de classes marginalizadas, quais condições de subsistência lhes restavam? Como e a quem recorrer contra as injustiças sofridas se quem deveria proteger era e é quem contribui infligindo o flagelo?

Quanto à questão racial presente na história e impregnada nas estruturas sociais, a professora e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (2011) explica como um sistema patriarcal, racial, dentro de suas intersecções, discursa e determina ações sobre a vida das mulheres e, principalmente, sobre a vida das mulheres negras e indígenas, sem lhes dar ouvidos, muito menos voz.

Nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. É desnecessário dizer que com todas essas características, nos estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. Consequentemente, o feminismo coerente consigo mesmo, não pode dar ênfase a dimensão racial. Se assim o fizera, estaria contraditoriamente aceitando e reproduzindo a infantilização desse sistema, e isto é alienação (GONZALEZ, 2011, p. 14).

O alerta de Lélia Gonzalez tem relação, dentre outras críticas, com a predominância de estudos feitos por homens que insistem em dizer como as mulheres devem se comportar, sentir e agir sem lhes dar ouvidos, numa perspectiva dogmática sem estabelecer um discurso dialógico de investigação e interesse real. Ficam presos somente a um discurso monódico em que a observação deles é mais importante do que a vivência dos sujeitos do estudo e da realidade que os cercam. A filósofa e pesquisadora Djamilia Ribeiro explica:

A literatura produzida por eles é tida como universal, enquanto a feita por mulheres é ‘literatura feminina’, assuntos ‘para mulheres’. Alguém já ouviu falar de literatura masculina? Essas subcategorias são criadas para hierarquizar arte e conhecimento. Julgam que falam do universal, enquanto nós falamos do específico, do ‘nosso mundo’, quando é justamente o contrário. Ao falarmos de nós, estamos denunciando o quanto essa categorização que tem como base o homem branco é falsa. Apontar isso é ampliar a universalidade, fazer com que abranja um número maior de possibilidades de existência. (RIBEIRO, 2018, p. 77).

Calam a voz dos sujeitos de suas pesquisas em razão de concepções pré-formatadas acerca de suas experiências. Em muitos casos, não visam à compreensão, mas sim a uma imposição de ideias sobre particularidades que não lhes dizem respeito na maioria das vezes. Entretanto, não é que não devam estudar mulheres só por serem homens, mas para tanto, é imprescindível desprender-se de preconceitos fundamentais que implicam mudança na forma de observação para aprofundamento sério e responsável das informações obtidas, visando à reflexão de problemas estruturais. O que de fato pouco ocorre em relação a estudos concernentes às mulheres em geral. “Trata-se de produzir, senão ‘um homem novo’, pelo menos, ‘um novo olhar’, um olhar sociológico” (BORDIEU, 2008, p. 49). Nisto consiste conversão dos sentidos, denominada por este autor de “metanóia”, “uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social” (idem). Karel Kosik (2002) contribui:

um homem com sentidos desenvolvidos possui um sentido também para tudo quanto é humano, ao passo que um homem com sentidos não desenvolvidos é fechado diante do mundo e o percebe não universal e totalmente, com sensibilidade e intensidade, mas

de modo unilateral e superficial apenas do ponto de vista do seu “próprio” mundo, que é uma fatia unilateral e fetichizada da realidade (KOSIK, 2002, p. 120-121).

Ressalte-se aqui que, tanto a “metanóia”, da qual Bourdieu trata no texto “Compreender” (2008), quanto à ampliação dos sentidos abordada por Kosik, muitas vezes, ocorrem mais facilmente quando estudantes “engessados”, debruçados em seu próprio mundo, estudam mais as culturas diferentes da sua do que a cultura de seu próprio meio e convívio social. Por outro lado, Said (2011) em *Cultura e Imperialismo* nos alerta que “o problema com as teorias essencialistas e exclusivistas, ou com as barreiras e os lados, é que elas dão origem a polarizações que mais absolvem e perdoam a ignorância e a demagogia do que facilitam o conhecimento” (p. 54). Podemos mais contribuir para o reforço de estereótipos do que reflexão crítica dela ou colocá-la em uma posição inferior à experiência dos outros que nos é diferente.

## História invisível e contradições

A história hegemônica mostra inúmeros estudos ditos como científicos que inferiorizam a mulher ou enfatizam propensões inatas ao biológico que foram amplamente tidas como verdades, a exemplo: “mulher não tem capacidade disso ou daquilo”, “mulher é mais delicada” ou “toda mulher possui instinto maternal”. No capítulo “A história” do livro *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (2016) apresenta uma série de citações feitas por homens desde a Antiguidade Clássica que fornece um entendimento a respeito de como as mulheres eram pensadas e tratadas em diferentes épocas na maior parte das civilizações, sendo elas subjugadas em sua existência como coisas de segunda categoria para serviço do homem, salvo raríssimas exceções. Dentre tantas, cabe aqui apresentar uma citação pitagoreana que evidencia de modo sucinto a dimensão do machismo estrutural, reificada durante toda a história da humanidade, exercendo poder e se perpetuando pelas *doxas* sociais e pelo senso comum, até mesmo na atualidade. A ideia de que a mulher é inferior ao homem, corrobora Pitágoras: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 116). Lutar contra isso é um ato primeiro de sobrevivência e de extrema força mental e vigor.

Pitágoras não foi o único a pensar dessa forma, cada época evidencia um modo de pensar peculiar e um machista para chamar de seu. Juntam-se a ele em uníssono Tertuliano, João Crisóstomo, dentre os mais recentes estão Arthur Schopenhauer e August Comte, além de tantos outros. O machismo é uma ideia presente na mentalidade das pessoas, não conhece barreiras como classe, gênero, política ou ideologia. Mulheres, homens, ricos e pobres, heterossexuais, bissexuais, homossexuais e transgêneros podem repetir comportamentos machistas. Estar alerta para não perpetuá-los impescinde de consciência e nomeação. Só se pode combater aquilo que se conhece. Deixar de falar sobre um problema não faz com que ele desapareça, é preciso notá-lo e combatê-lo com atitude cirúrgica de não violência, mas também com questionamentos com intuito de provocar reflexão e mudança. Uma atitude mais incisiva só se faz necessária em casos extremos que exijam medidas extremas.

Logicamente, pouco provoca interesse ou reverência por parte dos homens o que não lhes diz respeito, mas que, no entanto, insistem em julgar e deliberar como se ainda hoje, para serem e estarem no mundo, as mulheres necessitassem do seu aval. “A ambivalência é, tanto quanto a coerção, uma característica reconhecida do poder” (BALANDIER, 1997, p. 97). Em contraposição aos anos anteriores, é possível notar sutil e importante mudança na investida de estudos mais recentes sobre gênero e autonomia

feminina quando realizados por homens. O que não significa “invisibilizar” novamente o trabalho intelectual de mulheres ou ceder o “lugar de fala”, consiste sim no seu crescente empoderamento, na busca por equidade de oportunidades e seriedade na abordagem das informações.

O conhecimento produzido por mulheres sofreu os mais variados tipos de subjugações, simplesmente por não ter sido realizados por homens, evidente pela quantidade de codinomes masculinos que, no entanto, correspondiam às identidades femininas com o intuito de não serem censuradas. Em alguns casos, a música ou poesia, divulgada de forma oral, eram as alternativas mais convenientes, visto que o acesso à educação formal não era possível a todas, por isso muitas composições de autoria de mulheres são tidas como folclóricas, segundo Ana Murgel (2016).

As ideias vindas de mulheres eram tidas como algo de menor relevância ou até mesmo fútil, trivial para a sociedade onde estavam inseridas, por ser esse um espaço que não “lhes cabia”, a exemplo da sambista e compositora Dona Ivone Lara, que por volta dos anos 1940, deixava a cargo do seu primo a autoria de suas composições pelo fato de mulher sambista não ser algo bem visto pelas pessoas da época. Em outros casos, quando reconhecido o valor do conteúdo intelectual feito por uma mulher, ela era comumente tolhida, quando não usurpada por pessoas próximas a exemplo da Dona Dalva Damiana de Freitas que “não se interessava em registrar suas canções, só o fez porque viu que outros autores estavam se apropriando do que criara” (MURGEL, 2016, p. 65). Nesse sentido, era uma questão de justiça. A respeito disso, ainda a pesquisadora Ana Murgel (2016) parafraseia Michelle Perrot em uma citação apropriada para o aprofundamento da leitura:

E a música? Aí se acumulam obstáculos. Por parte das famílias, para começar [...]. O pai de Félix e Fanny Mendelssohn, igualmente dotados, escreve a esta última, em 1820, a respeito da música: “É possível que, para ele, a música venha a ser uma profissão, enquanto, para você, não será mais do que um ornamento”. Pior ainda quando as desaprovações vêm do marido ou do companheiro. Clara Schumann se sacrifica por Robert; Alma Mahler por Gustav. Durante o noivado, Gustav lhe pedira explicitamente renunciar à música. “Como é que você imagina um casal de compositores? Você já pensou a que ponto uma rivalidade tão estranha se tornará necessariamente ridícula? [...] Que você seja aquela de que preciso, [...] minha esposa e não minha colega, isso sim, está certo” (PERROT, 2007, p. 105 *apud* MURGEL, 2016, p. 58).

A maior acessibilidade aos meios de produção do saber na contemporaneidade muda o curso e o encaminhamento dos estudos relativos à mulher, bem como seu crescente protagonismo nesse contexto. A oralidade era o recurso mais acessível das classes menos favorecidas, mas ainda assim era onde se perpetuava o machismo estrutural. A produção do conhecimento representava poder e quem detinha os meios de produção deste saber/poder eram as famílias ricas, portanto o teor de tais conhecimentos deveria convergir para os valores, à moral e aos interesses da classe dominante. Como ter meios e subsídios teóricos suficientes para contar anos de histórias e vivências negligenciadas, sem ter tido acesso aos espaços porque lhes foram negados? Não surpreende a discrepância no volume de obras de arte ou estudos entre autores e estudiosos homens em relação às mulheres, eles tiveram vantagem ampla por muito tempo. Rodrigo Gomes e Acácio Piedade (2001) evidenciam que

é preciso ter em conta que na sociedade ocidental, a academia, os meios de comunicação, as igrejas, o Estado, as escolas, enfim, instituições que produzem o conhecimento e

detém o poder por séculos, perpetuaram uma estrutura que favoreceu imensamente a projeção dos homens frente a uma desvalorização e invisibilidade das mulheres (GOMES; PIEDADE, 2001, p. 04).

Isso não quer dizer que as mulheres não produzissem ou escrevessem. A questão consistia precisamente no insignificante espaço para divulgação e perpetuação de tais obras. Como evidenciam os autores,

atualmente sabemos que isso não reflete exatamente a realidade: muitos historiadores têm revelado que mesmo em épocas de grande opressão, houve ocasiões em que as mulheres obtiveram poder e reconhecimento social. Grossi (1998) explica como a ciência e a mentalidade moderna, se adaptaram à imagem masculina, dando pouca margem, nos espaços intelectuais, sociais e políticos para a projeção da face feminina (GOMES; PIEDADE, 2001, p. 04).

É válido buscar compreender como certas concepções teóricas do pensamento social estruturaram as relações, tendo ainda um forte alcance nos dias atuais que servem de pilar para um discurso revestido de novo, apesar do fortalecimento de pautas feministas. Atualmente, algo bem típico do neoliberalismo são as mudanças nas palavras, nos usos institucionais e empresariais que visam a “eufemizar” situações delicadas, como bem descreve a autora estadunidense Adrienne Rich (2010), referindo-se ao período de escrita do livro “Heterossexualidade compulsória”, que abrangeu o início dos anos 2000, onde pôde perceber que

as pressões para o conformismo tornaram-se mais intensas em uma sociedade com atmosfera crescentemente conservadora. As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um *fiat* religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura (RICH, 2010, p. 19).

Desse modo, é possível notar que a mulher, de maneira geral, foi e é um tema inquietante para os homens na política, na economia ou na religião, especialmente os conservadores, não no sentido de buscar melhorias ou oferecer oportunidades, mas para manter o *status quo* e os privilégios, seja através do estabelecimento e fortalecimento das estruturas sociais ou na demonização das lutas feministas, visando a enfraquecer sua ascensão e autonomia, com reflexos ainda mais desumanos sobre mulheres negras, pobres, lésbicas, bissexuais e trans. Impregnaram o machismo estrutural nas relações sociais com base em teorias do pensamento igualmente machistas, naturalizando-o. “O poder de narrar, ou de impedir que se formem outras narrativas é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos” (SAID, 2011, p. 05). Usa-se aqui a concepção de Said para entendimento do processo de naturalização do machismo estrutural.

Controlaram o conteúdo dos meios de comunicação e em grande parte da literatura, visando à normatização de uma figura feminina ideal, delicada e submissa com o argumento de que deveria ser protegida, e assim, o único espaço a ser-lhe reservado seria o do ambiente doméstico, tornando-a dependente economicamente de uma figura masculina. Práticas corroboradas e reificadas pelo círculo social, induzidas por órgãos oficiais, pelo senso comum e pelas próprias mulheres, uma vez integrantes desses meios, incidindo numa memória do poder,<sup>5</sup> Vale ressaltar que muitas mulheres internalizaram o “ideal de mulher”, o que reforçou o senso comum de afazeres adequados para homens e para mulheres.

Os meios que o poder dispõe para provocar o conformismo são múltiplos. Incluem a Lei compreendida na sua acepção mais ampla (conjunto de normas, regras, proibições e códigos), bem como os dispositivos que reprimem o desvio. Esses meios compreendem, ainda que sua ação e seus efeitos sejam mais insidiosos, os dispositivos cognitivos, simbólicos e rituais que forçam a adesão dos indivíduos não são os menos eficazes. É através deles que a ordem social é colocada em analogia com a ordem da natureza, fazendo crer que existe uma “natureza social” só controlável se obedecida (BALANDIER, 1997, p. 104).

São práticas perpetuadas por séculos no núcleo da estrutura social e tidas como “verdade absoluta”, estigmatizando quaisquer outros modos de relação e costume. O espaço reservado à mulher durante o séc. XIX até meados do séc. XX no país era somente o do lar, das tarefas domésticas. No entanto, o que provocou alterações nas relações mais fortemente foram as pautas feministas e ironicamente, o advento do capitalismo, visto que visava o aumento do número de indivíduos para campos de trabalho. Todavia, tais mudanças não se fizeram acompanhar necessariamente de melhores condições de vida, o que teve maior peso para mães, cujos filhos foram vítimas de abandono parental. Faz-se necessário compreender os mecanismos que compõem o sistema no qual estamos inseridos antes mesmo de nascermos.

As pessoas vêm ao mundo em uma sociedade cujas formas e relações parecem tão fixas e imutáveis quanto o céu que nos protege. O “senso comum” de uma época se faz saturado com uma ensurdecadora propaganda do *status quo*, mas o elemento mais forte dessa propaganda é simplesmente o fato da existência do existente (THOMPSON, 2001, p. 239).

As transformações no âmbito social se deram mais comumente a partir de meados do século XX com a industrialização e produção de bens de consumo que amenizaram os afazeres domésticos. Especificamente em Manaus, esse processo se deu por meio da Zona Franca. Mas, para entendimento da esfera micro, recorreremos a alguns aspectos da esfera macro, visto que a relação entre homens e mulheres possuem características mais ou menos comuns, principalmente em metrópoles. Michelle Perrot (1996) contribui:

uma das exigências das mulheres é a divisão do trabalho doméstico com os homens e, neste ponto, elas têm reivindicações a fazer, porque o que liberou as mulheres das tarefas domésticas nas sociedades ocidentais não foi nem tanto a participação dos homens, que é pequena, mas sobretudo a mecanização, a máquina de lavar, etc. A energia e o tempo

---

<sup>5</sup> Segundo a concepção de Paul Ricoeur.

livre liberados com a mecanização foram empregados em outra coisa: na inserção feminina no mercado de trabalho, sendo cada vez mais numerosas as jornadas de tempo integral e, em segundo lugar, no cuidado com os filhos. (PERROT, 1996: p.198).

A inserção de bens automatizados e eletrodomésticos contribuiu para “amenizar” as dificuldades das mulheres na execução de atividades domésticas. É importante frisar que só tinha acesso a esses bens quem tinha condições financeiras, ou seja, pouco refletia em melhoria para as mulheres mais pobres que por vezes só podiam ter acesso a tais utensílios por trabalharem como empregadas domésticas. Em Manaus, por exemplo, poucas famílias tinham poder de compra para adquirir bens como: panela de alumínio, fogão, geladeira, ferro de passar e mais recentemente máquinas de lavar louças, lavar roupas, micro-ondas e etc. O consumo de bens eletroeletrônicos é uma realidade relativamente recente e não menos segregadora. Os aparelhos presentes em uma casa dizem muito sobre as condições financeiras dos residentes dela. Contudo, é fundamental nos mantermos cuidadosos para que não caiamos no “mito da mulher moderna”, um tipo de confusão bastante comum que tende a atrelar bens de consumo à emancipação, valores capitalistas a valores democráticos. Djamila Ribeiro (2018) elucida:

ela trabalha fora, mas quando chega em casa ainda é responsável por cuidar dos filhos e pelos afazeres domésticos. A mentalidade de fato não mudou – os mecanismos de opressão somente se atualizaram. O mais prejudicial é que se cria a ideia de que ser bem-sucedida é possuir os mesmos direitos que o homem branco, e não romper com as lógicas da opressão (RIBEIRO, 2018, p. 129).

É preciso pensar de forma diferente do habitual, pois “enquanto persistirem as desigualdades e imposições de papéis sociais, não será possível considerar nenhuma mulher moderna” (RIBEIRO, 2018, p. 130). O progresso não pode mais ser pensado como mantenedor das desigualdades, mas como possibilidades sustentáveis para todas, todos e para o planeta. Numa perspectiva local, o relato de Maria Luiza Pinheiro (2013) a respeito da pouca visibilidade das compositoras é bastante instigante:

A pouca visibilidade da mulher na história regional é, todavia, da mulher cidadina, sem nada registrar-se das vivências rurais, daquelas que, imersas na vastidão da floresta, lidaram com referenciais e valores distintos, tocando a vida cotidiana em meio as intempéries e opressões de ambiente muitas vezes hostil. No largo e pouco explorado sertão amazônico, a situação das mulheres se constitui ainda em uma incógnita, tal a precariedade dos estudos (PINHEIRO, 2013, p. 10).

Todas essas questões corroboraram para a ocultação de obras musicais importantes, mas estimulou, como única alternativa, muitas outras mulheres a criarem caminhos próprios ou brechas que lhes fornecessem alguma “liberdade” na estrutura social hermética em que viviam. Podemos citar como exemplo a pianista manauara Lindalva Cruz que fez da necessidade uma oportunidade para trabalhar com a música: “meu pai morreu cedo e tive que trabalhar para não interromper os estudos de piano” (ARAÚJO, 2000, p. 01). Ela integrava um trio (piano, flauta e violino), que tocava a trilha sonora das cenas de Rodolpho Valentino, Charles Chaplin e a dupla o Gordo e o Magro, entre outros da era do cinema mudo que passavam no cinema Alcazar. Ficou nesse posto dos oito aos dezoito anos de idade, quando perdeu o em-

prego em razão da primeira exibição do cinema falado na capital amazonense em 1925. Conforme Heloisa Costa (2005), oportunidades como essas ocorriam “a margem das instituições” (2005, p. 73). A autora explica ainda que na esfera política de modo geral, os discursos dos republicanos positivistas tinham forte teor conservador sob a prerrogativa de manutenção do *status quo*, sendo logo contestados pelas feministas.

Na medida em que se assenta em valores patriarcais, invisibiliza os problemas que ocorrem no âmbito privado e não resolve questões cruciais para as mulheres como garantias legais para uso de seus corpos, assistência às crianças das mães que trabalham fora de casa, problemas de violência doméstica etc. As mulheres lutam para que o Estado seja, também efetivamente público e que, portanto, as regras de poder e decisão sejam universalizadas (COSTA, 2005, p. 81).

A citação acima evidencia o tratamento desejado pelas mulheres, especialmente as mais pobres na reivindicação de políticas públicas frente ao papel do Estado como mantenedor dos direitos. Todas essas informações que surgem, à medida que se aprofundam os estudos concernentes à história das mulheres, servem-nos de panorama analítico para acompanhamento dos acontecimentos mais recentes.

## Manaus: resumo histórico

A ideia de “isolamento geográfico” amplamente acolhida pelos habitantes manauaras é um ponto a ser considerado e pode revelar a desigualdade social presente na cidade, dando a entender que sair de Manaus e viagens são coisas para “ricos” devido aos altos custos e duração longa na locomoção de uma cidade para outra dentro da região norte, o que dificulta a interação real com os demais estados do país. A questão do “isolamento” presente na mentalidade regional é potencializada pelo custo alto de passagens aéreas e o velado desinteresse empresarial em se adequar às condições próprias da região amazônica na contemporaneidade.

Manaus possui uma organização social e uma geografia peculiares e o “isolamento” tende a ser mais um sentimento do que necessariamente um fator geográfico, pois se hoje é possível ir para qualquer parte do globo de avião, antes já existiam barcos, navegações, sem falar de outros meios de transportes de transportes feitos pelos indígenas. Todo lugar na Terra pode ser distante a depender do ponto de referência. Tal aspecto, certamente, deixou marcas na expressão artística da cidade, o que nos permitiram ter aporte e subsídios carregados de simbolismos que de tão próximos são normalizados em nossas manifestações da arte.

As teorias do pensamento social engendradas principalmente na religião e na política exerciam poder muito maior sobre a vida das mulheres nos séculos passados em Manaus, com maior incidência durante a *belle époque* quando a cidade sofreu fundamentais modificações em sua paisagem e arquitetura causadas pela riqueza gerada com a exploração do látex da borracha extraída da seringueira, árvore da região. Seu apogeu se deu entre 1879 a 1912 e toda essa circulação de riquezas atizou o interesse de pessoas de várias partes do mundo que imigraram para a cidade, modificando a cultura e estruturas sociais. Com seu declínio por volta do final da primeira década do século XX, a cidade passou por sérias dificuldades, que foram sentidas no centro e mais fortemente nas margens, segundo o professor José Aldemir de Oliveira (2003) em *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*.

Nos anos vinte, a elite persistia na crença do retorno do auge da borracha, o que não aconteceu. No entanto, somente anos mais tarde, com a implementação do Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, ocorreram transformações, o que provocou a chegada de nova leva de imigrantes à cidade, implicando novas relações. Todos esses acontecimentos históricos acabaram tendo reflexos nas manifestações artísticas na contemporaneidade.

O referido texto do professor José Aldemir de Oliveira (2003) auxilia-nos na compreensão histórica e geográfica no período pós *belle époque*.

A paisagem urbana, especialmente numa cidade dos trópicos, também comporta as coisas da natureza. A Manaus de hoje, mesmo sendo um lugar bem diverso da Manaus de 1920, não só porque o conjunto arquitetônico e a infra-estrutura foram profundamente modificados, também comporta a floresta, os rios e o relevo, embora alterados pelo homem (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

Vale enfatizar que todas essas modificações alteraram não só a paisagem urbana que foi modificada, como também a cultura local. Ainda este autor elucida que no período áureo da borracha “a voz dos mais simples e seus conflitos eram abafados” (OLIVEIRA, 2003, p. 135). Porém, a partir dos anos vinte, na cidade de Manaus outra espacialidade e reações sociais surgem, bem como “os conflitos que passam pela cultura, memória, gestos, ou seja, por ações concretas dos vários agentes sociais que constituem a resistência coletiva à tendência homogeneizante que se lhes impõe” (OLIVEIRA, 2003, p. 135). Tais fatores teceram novas complexidades sociais e o espaço urbano.

Os divertimentos e outras confraternizações sociais se davam nos balneários, geralmente ao longo do Rio Negro, na Manaus desse período, com seu auge nos anos 1960. Conforme a professora e musicista Lucyane Afonso (2012) que em sua dissertação, intitulada *As Inter-relações socioculturais na vida musical em Manaus na década de 1960*, apresenta alguns aspectos relevantes que levam à compreensão das interpenetrações das relações sociais imbricadas no convívio musical naquela época.

As formas de se divertir e as programações culturais eram os passeios pelos parques, as idas aos balneários, aos cinemas, aos clubes, ao Teatro Amazonas, nas festas das Rádios, apesar de cada um ter uma função cultural específica, mas eram esses locais que promoviam e desenvolviam o circuito cultural e musical em Manaus (AFONSO, 2012, p. 21).

A prática social, voltada aos balneários naturais e parques públicos, moldou e até certo ponto democratizou o acesso e o fomento de algumas expressões artísticas e musicais por parte das classes menos favorecidas e perdurou fortemente na cultura local entre os anos 1950 a 1970, o que também contribuiu para o surgimento dos festivais de música da cidade, orquestras, bandas, onde compositoras tiveram suas primeiras oportunidades. A participação feminina foi até estimulada. A partir de 1967, a indústria cultural incentivou, através do rádio, TV e demais meios de comunicação, a inserção das mulheres no mercado artístico, segundo Afonso (2012, p. 140-141). É possível perceber nos registros dessa época que as noites manauaras aconteciam em dois salões importantes: do Ideal Clube e do Rio Negro Clube, e que havia certas imposições específicas para jovens e com maior rigor às mulheres, sob pena de serem expulsos das festas. Ainda segundo Lucyane Afonso (2012),

as festas desses dois clubes eram, de modo geral, tranquilas e bem comportadas, transcorrendo rigorosamente dentro do figurino da época. [...] Garota sozinha, ou acompanhada apenas de amigos ou namorados, nem pensar. E no decorrer da festa a jovem devia permanecer sentada à mesa, a espera de convites para a dança. [...] Os dirigentes dos clubes eram muito zelosos da ordem e do decoro, que deviam ser preservados a qualquer custo. [...] Os infratores eram punidos sem apelação. [...] Em outras palavras, eram simplesmente expulsos da festa. E obedeciam sem muita discussão (AFONSO, 2012, p. 27-28).

Hoje, as mulheres têm liberdade para irem a diversos lugares sem necessariamente ter a presença de um homem, mas de qualquer forma suscetível à violência. No campo profissional da música, a emergência da mulher compositora em Manaus está em processo. Há pouco mais de trinta anos, nomes como: Lucinha Cabral, Celestina Maria e Eliana Printes romperam a hegemonia masculina, abrindo espaço crescente para novas compositoras. A busca por conhecimento a respeito deste tema está suscitando boas e profícuas investigações. Contudo, é impossível negar o peso que concepções com grande influência na classe dominante exerceram na educação de modo geral, principalmente na vida da mulher. O constructo social que lhe era imposto sob o viés religioso, moral e cultural, invisibilizando suas necessidades e aspirações, foi profundo. Em meados do século XX, até mesmo a escolha de uma profissão, ou de um instrumento musical para tocar obedecia e ainda obedece à lógica dessas *doxas* sociais. Em pleno século XXI, ainda nos deparamos com concepções de dois séculos atrás. Por isso, educar para buscar de fato a emancipação é algo extremamente necessário.

## Considerações finais

A perspectiva abordada no presente trabalho buscou elucidar a razão das lacunas historiográficas e de discursos monódicos sobre a mulher nos séculos XIX e XX, extraído do parco material de que dispomos problemáticas a respeito da falta de visibilidade das compositoras como sujeitos igualmente importantes para a construção de conhecimento e para a música local. Logicamente, as composições mais recentes evidenciam outras consciências sociais, outras problemáticas, seguem outra lógica e dinâmica, diferente da de outras épocas. No entanto, de alguma forma carregam em si algum aspecto memorial que tenha servido de fator provocativo, passando daí ao processo criativo e então tomando sua própria forma artística.

É importante compreender Manaus no período da *belle époque*, que abrangeu parte do século XIX e início XX, os eventos ocorridos nesse período colocaram a capital do Amazonas dentre as principais capitais do país. Isso significa que muito do que estudamos hoje, tornando possível analisar e até mesmo visualizar as lacunas e preconceitos sociais, deu-se pelos registros históricos realizados pelas elites que deixaram marcas na contemporaneidade e na consciência de seus residentes. No que concerne à mulher compositora, vale lembrar também que as obras carregam em si fragmentos de experiências, consciências e sentido social de um momento histórico. (“O ser social determina a consciência social” cf. THOMPSON, 2001, p. 253). Sem contar a oportunidade de crescimento mais palpável dentro da música e da arte em geral hoje, não totalmente livre de machismos e com longo caminho a percorrer, porém mais aberto se comparado a tempos remotos.

É imprescindível persistir na autonomia feminina e equidade de oportunidades, na busca por obras feitas por mulheres, tanto como valioso conhecimento para identidade e história da música local, como provocadora para estudos e expressões artísticas futuras. O desafio como um todo é compreendido em: do discurso monódico de narrativa hegemônica, extrair um discurso dialógico que nos forneça também informações sobre as esferas sociais menos favorecidas de outras épocas. Este artigo buscou em bibliografias referentes à história e a música de mulheres fornecer material para reflexão crítica da história local.

## Referências

- AFONSO, Lucyanne de Melo. *As Inter-relações socioculturais na vida musical em Manaus na década de 1960*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- ARAÚJO, Edmundo L. “Lindalva Cruz, 92 anos, uma vida no teclado”. Testemunhas do século. In: *Revista Isto é Gente Online*. Disponível em <https://www.terra.com.br/istoegente/68/testemunha/index.htm> Ano. 2000. Acesso em 28/11/2018.
- BALANDIER, Georgies. *O contorno do poder e a modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: a experiência da vida*. 2º ed. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia das Letras, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. “Compreender”. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A Miséria do mundo*. 17º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COMTE, August. *Os pensadores – Comte (Vida e Obra)*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.
- GOMES, Rodrigo Cantos Savelli; PIEDADE, Acácio Tadeu Camargo. “Música, Mulheres, Territórios: uma etnografia da atuação feminina no samba de Florianópolis”. In: *Música & Cultura*. Florianópolis: UFSC, n. 5, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo Afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do círculo palmarino*, n. 1. S/local, 2011.
- KOSIK, Karel. “A Metafísica da Cultura”. In: *Dialética do concreto*. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. “Mulheres compositoras no Brasil dos séculos XIX e XX”. In: *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. São Paulo: SESC-SP, n. 3, nov. de 2016.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer: Governo do Estado do Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

PERROT, Michelle. “A história feita de greves, excluídos & mulheres” (entrevista). In: *Tempo Social. Revista de Sociologia*. São Paulo: USP, 8(2), out. de 1996. pp. 191-200.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH-Brasil: UFRN, 2013.

REIS, Joscival V; MATOS, Gláucio C. G; RIBEIRO, Odenei de Souza. “A educação Salesiana e a Marca da civilização ocidental no comportamento do indígena de Yaia Poewano século XX”. In: *Somanlu*. Manaus: UFAM, ano 16, n. 2, jul./dez. 2016.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAID, Edward W.. *Cultura e Imperialismo*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, Edward P.. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

**Recebido** em 15.10.2019

**Aprovado** em 24.10.2019